



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA**

Processo nº 10640.003035/2003-70
Recurso nº 136.946 Voluntário
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Acórdão nº 301-34.659
Sessão de 10 de julho de 2008
Recorrente JA PESQUISAS TECNOLÓGICAS LTDA
Recorrida DRJ/JUIZ DE FORA/MG

**ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS
E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE
PEQUENO PORTO - SIMPLES**

Data do fato gerador: 09/05/2001

SIMPLES - EXCLUSÃO.

Atividade da empresa de pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais continua a ser vedada pelo Simples Nacional.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "OTACÍLIO DANTAS CARTAXO".
OTACÍLIO DANTAS CARTAXO - Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read "VALDETE APARECIDA MARINHEIRO".
VALDETE APARECIDA MARINHEIRO - Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros José Luiz Novo Rossari, Luiz Roberto Domingo, Irene Souza da Trindade Torres, Rodrigo Cardozo Miranda, João Luiz Fregonazzi e Susy Gomes Hoffmann.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário, interposto em face da decisão de primeira instância que indeferiu a solicitação do então impugnante em fls. 12 a 14 dos presentes autos.

O acórdão recorrido teve a seguinte ementa:

"Ementa: Estando a empresa inserida na hipótese de vedação do sistema no art. 9º da Lei 9317/96, não há como acatar a solicitação de revogação do Ato Declaratório de Exclusão.

Solicitação Indeferida."

Em seu recurso, a Recorrente, alega que “entende-se como atividade principal da empresa, conforme consta da clausula 8º de seu contrato social datado de 09/05/2001 (cópia anexo), a prestação de serviços de pesquisas tecnológicas”.

Que a atividade fim da empresa não requer regulamentação profissional, conforme dispõe o artigo 12 XIII da Lei 9.317 de 05/12/1996, que elenca as atividades cujo exercício profissional depende de regulamentação legal e também não se assemelha com estas atividades e que seu contrato social não é registrado em nenhum órgão ou conselho profissional.

Esclarece que a pesquisa desenvolvida pela Recorrente não requer tal habilitação consistindo em operar um programa de computador, tarefa que pode ser realizada por qualquer pessoa treinada para operar o programa, não sendo necessária nenhuma formação específica.

Finaliza, requerendo o cancelamento da decisão recorrida e o restabelecimento do seu enquadramento no sistema SIMPLES de tributação.

É o relatório.

Voto

Conselheira Valdete Aparecida Marinheiro, Relatora

O Recurso Voluntário é tempestivo e dele tomo conhecimento.

Observa-se que o objeto da lide versa sob o manto legal da então Lei 9.317 de 5 de dezembro de 1996, artigo 9º, inciso XIII, cuja atividade da Recorrente do ramo de prestação de serviço de pesquisas tecnológicas encontrava vedação no entender da decisão recorrida.

Ocorre, que o manto legal que trata do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, mudou e transformou-se no SIMPLES NACIONAL.

Evidentemente que a nova legislação, e aqui me refiro a Lei Complementar 123/96 já com as alterações advindas da, também, Lei Complementar 127 de 14/08/2007, trouxe novas possibilidades em matéria de atividades que podem optar pelo SIMPLES NACIONAL.

Todavia, a atividade que a Recorrente pratica, foi por ela classificada, no cadastramento (CNPJ) no código 7310-5/00 de “*pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais*”, que continua ser vedada pelo Simples Nacional.

Contudo, como não consta nos autos até a apresentação do Recurso Voluntário de nenhum documento ou esclarecimento do tipo de pesquisa tecnológica que a Recorrente executa, não posso discordar da decisão recorrida, inclusive corroboro com o voto da relatora Edna Bittar de fls. 13 e 14.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, para manter a decisão recorrida, bem como o Ato Declaratório Executivo de nº 429.877 que excluiu a Recorrente do Simples desde a sua opção.

É como voto.

Sala das Sessões, em 10 de julho de 2008


VALDETE APARECIDA MARINHEIRO - Relatora